

# Venda de estatais pode atingir valor recorde no País

Volume que pode ser arrecadado com programa de privatizações superaria o acumulado em todos os governos desde 1990

José Fuchs

Com a aprovação da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, depois de quase cinco meses de negociações e muito vaivém, uma nova fase começa a se desenhar para o governo e para o País. Embora ainda falte a votação final na Câmara e a do Senado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, já avisou que agora será a vez de acelerar as privatizações, conduzidas até hoje em marcha lenta, para evitar "marolas" que pudessem comprometer as mudanças na Previdência.

O programa de privatização de Guedes é ambicioso. Se concretizado, ainda que parcialmente, promete mudar o perfil da economia do País. Um levantamento realizado pelo Estado indica que o programa de desestatização do governo poderá render até R\$ 450 bilhões.

O resultado inclui 132 participações acionárias diretas ou indiretas da União, com potencial para negociação pulverizada no mercado ou em bloco, e os valores mínimos de outorga da cessão onerosa de áreas do pré-sal e de duas rodadas de licitações de petróleo e gás natural, que devem ocorrer ainda neste ano.

O levantamento levou em conta operações de privatização, desinvestimento, abertura de capital e venda de participações minoritárias de estatais e suas subsidiárias. Também considerou as participações do BNDES, via BNDESPar, seu braço de investimento, em empresas de capital aberto e fechado, cujo valor total de mercado atualizado é de R\$ 143,7 bilhões.

Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa e BNDES, excluídos em princípio do programa de desestatização do governo Bolsonaro, não entraram na pesquisa. Como os valores mínimos de outorga para concessões de serviços públicos no segundo semestre e nos próximos anos não estão definidos, elas também não entraram na conta. O mesmo aconteceu com os imóveis públicos que o governo pre-

tende a repassar para fundos imobiliários, com valor calculado em R\$ 30 bilhões pelo Ministério da Economia.

As estimativas de arrecadação com o programa de desestatização apresentam uma dispersão considerável. Guedes, por exemplo, fala na possibilidade de arrecadar R\$ 1 trilhão – número "mágico" ao qual recorreu também na reforma da Previdência – até 2022. Mais conservador, o secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercado, Salim Mattar, ligado a Guedes, já previu algo entre R\$ 700 bilhões e R\$ 800 bilhões, mas hoje trabalha com uma receita de R\$ 635 bilhões, acrescentando R\$ 115 bilhões de outorgas em concessões e os imóveis.

No mercado financeiro, as previsões estão mais próximas dos valores apurados pelo Estado. O Bradesco BBI, braço de investimento do grupo, calcula que seja possível arrecadar R\$ 470 bilhões em desestatizações na esfera federal. Para o banco Credit Suisse, o potencial de arrecadação com desestatizações no Brasil foi estimado em R\$ 400 bilhões.

Se conseguir amealhar a metade do que apontam os levantamentos do Estado, do Credit Suisse e do Bradesco – algo entre R\$ 200 bilhões e R\$ 235 bilhões –, o governo já terá realizado o maior programa de desestatização em todos os tempos no Brasil. Segundo estudo do BNDES, as 99 operações de desestatização efetuadas de 1990 a 2015 no País renderam no total US\$ 54,5 bilhões. No governo Temer, foram mais R\$ 46,4 bilhões (cerca de US\$ 12 bilhões).

## Atração

“Com as variáveis reunidas hoje no mundo, o Brasil se tornou o país preferido dos investidores entre os mercados emergentes. Com a reforma da Previdência feita, a tendência é o processo ganhar tracção.”

Marcelo Noronha  
VICE-PRESIDENTE DO BRADESCO

em 124 projetos, dos quais R\$ 28 bilhões só na área de petróleo. Somando tudo que se fez até agora, dá um total de US\$ 66,5 bilhões, equivalente a um terço do que a atual gestão arrecadaria no cenário mais pessimista considerado acima.

Caso os planos de Guedes se realizem, o Brasil também poderá se habilitar ao título de País como o maior programa de desestatização do mundo no período. Em número de operações, Angola, por exemplo, tem mais de 190 empresas na fila para privatização, de acordo com Mattar, e pode até superar o Brasil em número de empresas privatizadas. Mas, em volume financeiro, não há notícia de que nenhum dos grandes países emergentes ou mesmo desenvolvidos esteja tocando um programa dessa magnitude. Mesmo no ministério da Economia, ninguém havia se dado conta dessa possibilidade até agora.

**Redução.** Formado na Universidade de Chicago, templo do liberalismo global, Guedes quer reduzir ao máximo a intervenção estatal na economia. Em sua visão, as estatais, muitas delas deficitárias, consomem o dinheiro que deveria ir para a educação, a saúde e a segurança, áreas que o governo deve privilegiar, em vez de se movimentar como empresário por aí. Além disso, a proliferação de estatais dispersa a energia da máquina pública, compromete a eficiência e a produtividade da economia e abre espaço para o tráfico de influência e a corrupção. “Privatizar só no sapatinho, envergonhadamente, não”, disse Guedes recentemente. “Tem de acelerar a privatização para jogar o dinheiro na área social.”

Além de deixar o Estado mais leve, seu objetivo com o programa de desestatização é usar os recursos para reduzir a dívida pública, hoje na faixa de R\$ 3,9 trilhões (79% do PIB), e permitir uma queda sustentável dos juros, que representam o segundo maior gasto do governo – de cerca de R\$ 350 bilhões em 2018, depois da Previdência.

Desta vez, ao contrário do que aconteceu nos anos 1990, na primeira onda de privatizações nos governos Collor, Itamar e FHC, o BNDES não deverá ter papel preponderante no financiamento das operações. De acordo com Marcelo Noronha, vice-presidente executivo do Bradesco, os investidores externos estão olhando o Brasil com lupa e não deverá faltar dinheiro de fora nem daqui para bancar os negócios.

Outra questão importante que ele destaca: agora, os fundos de pensão das grandes estatais, como Petros (Petrobrás), Previ (Banco do Brasil) e Funcex (Caixa) não deverão ser fundamentais nos leilões, como ocorreu no passado. “Hoje, há uma liquidez no mercado internacional que não existia naquela época”, diz. “Com as variáveis reunidas hoje no mundo, o Brasil se tornou o país preferido dos investidores entre os mercados emergentes. Com a reforma da Previdência feita, a tendência é o processo ganhar tracção.”

Noronha diz estar analisando diversos projetos de desestatização com clientes do País e do exterior. Ele conta que estava conversando recentemente sobre o assunto com o presidente de uma grande empresa internacional e ele lhe disse: “Tenho interesse e vou fazer negócio no Brasil. Vou comprar ativos, estarei nos leilões.” Ele estima que possam entrar até US\$ 100 bilhões de investidores estrangeiros na Bolsa neste processo.

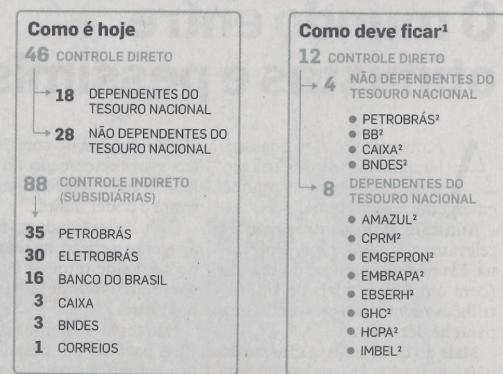
Um impulso adicional para atrair o pessoal de fora pode ser dado com a flexibilização das regras de operação de empresas privadas nas áreas de saneamento, com o possível fim do monopólio das estatais estaduais, e de gás natural, com o fim do monopólio da Petrobrás. “O nível de interesse dos investidores por esses dois setores é enorme”, diz Bruno Fontana, diretor do banco de investimento do Credit Suisse no Brasil. “O potencial de investimento no mercado de saneamento no País, uma vez acordado o novo marco regulatório, não tem igual no mundo hoje.”

No Brasil, os tentáculos do Estado se espalham por quase todas as áreas da economia, da extração de petróleo às comunicações e à produção de chip para rastreamento de animais; da geração de energia à construção de ferrovias e à administração de portos e aeroportos. No governo Dilma, criou-se até uma empresa para cuidar do tremor, cujo projeto consumiu milhares de reais, mas nunca saiu do papel, e ela continua a existir até hoje com outro nome.

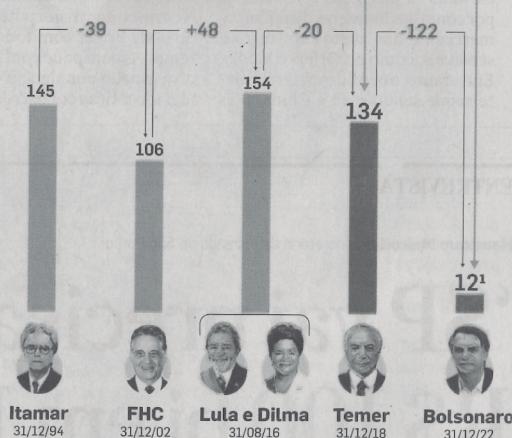
Embora o ex-presidente Michel Temer tenha dado novo impulso ao programa de desestatização, que patinou durante os governos Lula e Dilma, ao pro-

## OFENSIVA ANTIESTATISTA

● Evolução do número de estatais controladas de forma direta e indireta pela União



### Total de estatais federais, por governo



<sup>1</sup>DE ACORDO COM O PLANO DE DESESTATIZAÇÃO ANUNCIADO PELO GOVERNO

<sup>2</sup>NÚMERO DE ESTATAIS A SEREM MANTIDAS PELO ATUAL GOVERNO, DE ACORDO COM INFORMAÇÕES OFICIAIS

<sup>3</sup>FONTE: SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS (SEST); SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO E DESINVESTIMENTO/MINISTÉRIO DA ECONOMIA

mover um corte no número de estatais, de 154 para 134, o Leviatã pareceu mal sentir o golpe. O Brasil ainda é o país da América Latina com o maior número de estatais, de acordo com Mattar.

formal indireta. O próprio Mattar disse recentemente que pretende fazer uma nova pesquisa para apurar de forma mais precisa o número de estatais em nível federal, estadual e municipal.

Para ele, o total de estatais nas três esferas, hoje de 440, pode ser até 50% maior do que o divulgado agora. Levantamento realizado pela revista Época em 2011 apurou a existência de pelo menos 675 empresas com algum traço de participação da União, de estatais federais ou de suas subsidiárias no capital.

Hoje, embora a privatização tenha deixado de ser um pálavrarão no País e o cenário seja

aquele, quanto à precisão dos números. Muitos analistas suspeitam que a presença do Estado na economia seja bem mais ampla. Nem o próprio governo sabe exatamente de quantas empresas é sócio, em especial de

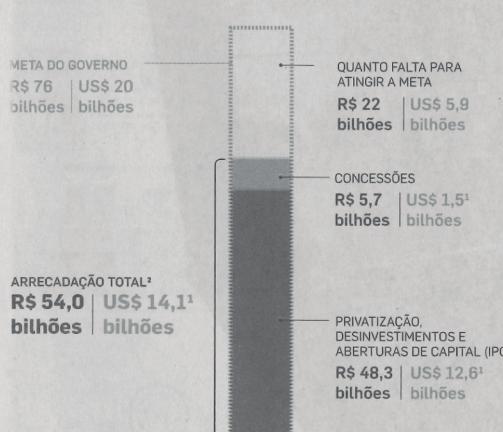
Há dúvidas, porém, também

aqui, quanto à precisão dos números. Muitos analistas suspeitam que a presença do Estado na economia seja bem mais ampla. Nem o próprio governo sabe exatamente de quantas empresas é sócio, em especial de

## DIETA EM MARCHA

● O que já foi desestatizado desde a posse do presidente Jair Bolsonaro, em 1º de janeiro

### Saldo do caixa



<sup>1</sup>VALORES CALCULADOS DE ACORDO COM A COTAÇÃO DO DÓLAR COMERCIAL NO DIA DE CADA OPERAÇÃO REALIZADA

<sup>2</sup>INCLUI VALORES DE PRIVATIZAÇÕES, DESINVESTIMENTOS, IPO E OUTORGAS DE CONCESSÕES

FONTE: MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA E DE MINAS E ENERGIA, SECRETARIA ESPECIAL DO PPI, SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO E DESINVESTIMENTO, MINISTÉRIO DA ECONOMIA, PETROBRÁS, CAIXA, SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO E DESINVESTIMENTO

### Privatizações, desimobilizações e aberturas de capital



<sup>1</sup>CONVERSÃO PARA O DÓLAR PELA TAXA DE CÂMBIO DO DIA DE ANÚNCIO DO FECHAMENTO DO NEGÓCIO

## Petrobrás, Caixa e BB garantem resultado no 1.º semestre

O programa de desestatização do governo pode estar em marcha lenta, por conta da decisão de concentrar as forças até agora na reforma da Previdência e da resistência de vários ministros em relação à privatização de empresas ligadas a suas pastas (ler texto acima).

Se considerarmos que o programa pode permitir uma arrecadação de cerca de R\$ 450 bilhões, de acordo com levantamento do Estado, a meta estabelecida pelo próprio governo para 2019, de obter uma receita de US\$ 20 bilhões (R\$ 76 bilhões ao câmbio atual) com a

desestatização, é modesta. Ela representa apenas 16,9% do que se pode arrecadar até 2022, quando deveria ser de pelo menos US\$ 29 bilhões, o equivalente a 25% do total, para representar 1/4 da receita possível nos quatro anos de governo.

Agora, com a meta em vista,

quando se observa o que aconteceu nos primeiros seis meses de gestão, constata-se que o ritmo da desestatização não foi tão moroso quanto pode parecer à primeira vista. Segundo o levantamento do Estado, o governo já arrecadou até agora um total de R\$ 54 bilhões (US\$ 14,1 bi-

lhões), pelo câmbio da data de cada operação), entre concessões (R\$ 5,7 bilhões) e privatizações, desinvestimentos, vendas de participações minoritárias e operações de abertura de capital (R\$ 48,3 bilhões). Isso significa que o governo cumpriu 71% da meta em metade do

tempo. Terá, portanto, todo o segundo semestre para realizar os 29% que faltam (veja gráfico acima).

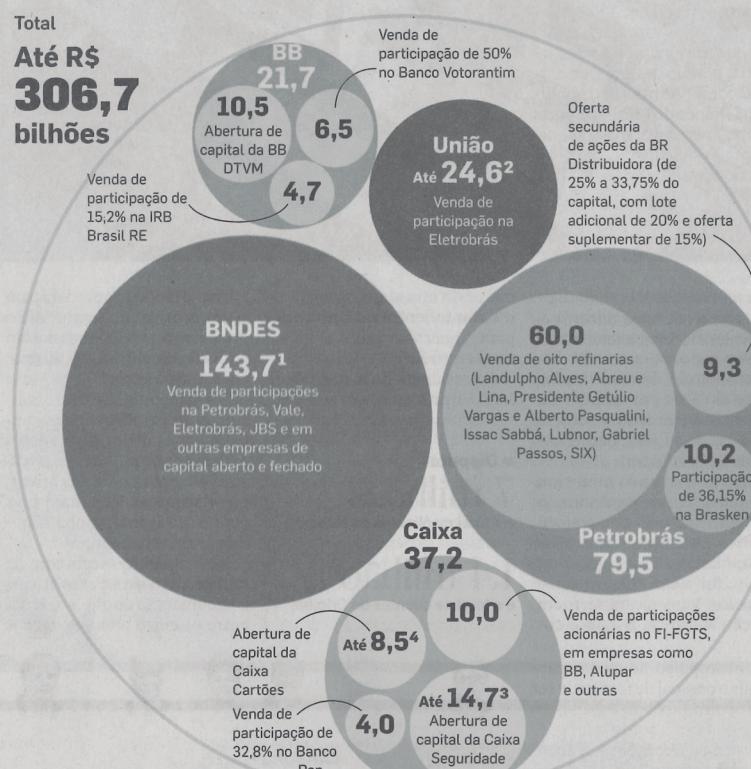
**Superação.** Como ainda há um conjunto robusto de projetos na agenda para desovar, tudo indica que o governo deverá cumprir com folga a meta definida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça,

## JÓIAS DA COROA

• Quais são as 12 operações de privatização, desmobilização e abertura de capital (IPO) com maior potencial de arrecadação e as 12 concessões de serviços públicos que deverão gerar o maior volume de investimentos nos próximos anos

## Privatizações, desinvestimentos e abertura de capital

EM BILHÕES DE REAIS - OPERAÇÕES POR EMPRESA MÃE/CONTROLADOR



<sup>1</sup> INCLUI PARTICIPAÇÕES EM 37 EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO AVALIADAS EM R\$ 139,7 BILHÕES, CONFORME VALOR DE MERCADO EM 3/7/2019. E

EM 60 EMPRESAS DE CAPITAL FECHADO, COM VALOR TOTAL DE R\$ 4 BILHÕES ESTIMADO PELO BNDES. EXCLUI APLICAÇÕES EM FUNDOS DE

INVESTIMENTO E DE DEBÊNTURES, DE R\$ 6,6 BILHÕES; <sup>2</sup> COM VENDA DE 51% DO CAPITAL E VALOR DE MERCADO DA EMPRESA DE R\$ 48,2

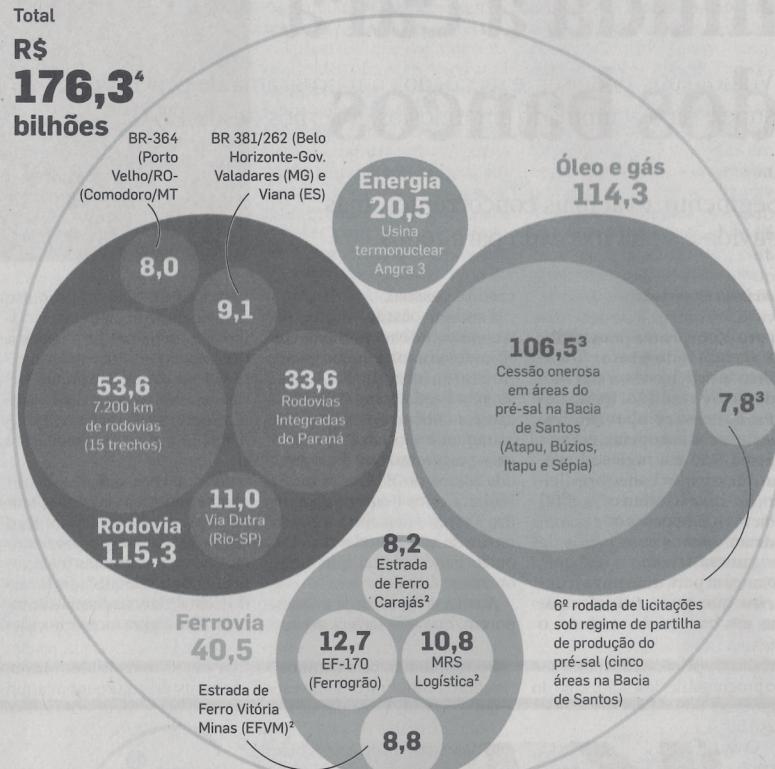
BILHÕES; <sup>3</sup> COM VENDA DE 49% DE PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL E VALOR DE MERCADO DA EMPRESA DE R\$ 30 BILHÕES; <sup>4</sup> COM VENDA DA

PARTICIPAÇÃO DE 49% NO CAPITAL E VALOR DE MERCADO DA EMPRESA DE R\$ 17 BILHÕES

FONTE: SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO E DESINVESTIMENTO/MINISTÉRIO DA ECONOMIA, BNDES, CAIXA, BANCO DO BRASIL E PETROBRÁS, B3, MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA E DE MINAS E ENERGIA E SECRETARIA ESPECIAL DO PP

## Concessões

VALOR DE INVESTIMENTO PREVISTO (EM REAIS BILHÕES)<sup>5</sup>



<sup>1</sup> TOTAL DE INVESTIMENTOS PREVISTOS DURANTE O PÉRIODO DE CONCESSÃO; <sup>2</sup> RENOVAÇÃO DA CONCESSÃO ATUAL; <sup>3</sup> DADO REFERENTE AO VALOR MÍNIMO DE OUTORGAS; <sup>4</sup> VALOR DE INVESTIMENTO NÃO DEFINIDO; <sup>5</sup> EXCLUI VALORES MÍNIMOS DE OUTORGAS DA CONCESSÃO ONEROSA EM ÁREAS DO PRÉ-SAL E DA 6ª RODADA DE LICITAÇÕES DO PRÉ-SAL

rias outras questões atualmente. Uma sondagem feita no início do ano pela Paraná Pesquisas mostra que 53,3% dos entrevistados apoiam a venda da totalidade ou de uma parte das estatais, enquanto 41,5% se disseram contrários à privatização.

Já uma pesquisa feita pelo Datafolha na mesma época apurou que 60% rejeitam a desestatização, ao passo que 34% afirmaram que o governo deveria vender o maior número possível de empresas públicas. Entre os que disseram ser apoiadores do PSL, o partido do presidente Jair Bolsonaro, 65% se declararam a favor da privatização.

No Congresso, as trincheiras dos estatistas estão bem montadas, reforçadas por parlamentares de todos os partidos. Pelo Legislativo, só deverão passar as propostas de privatização das empresas controladas dire-

tamente pela União, conforme decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Se isso libera a venda das subsidiárias pelas empresas-mãe, amarra a privatização de empresas como a Eletrobrás, que já entrou no rol de privatizáveis do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), uma espécie de hub do governo para informações sobre privatizações e concessões. Os Correios, cuja operação recebeu o aval público de Bolsonaro antes de ele demitir o general da reserva Juarez Cunha, ex-presidente da empresa, declaradamente contra a desestatização, também terão de passar pelo mesmo processo. A discussão deve pegar fogo no segundo semestre.

**Resistência.** Mas é provavelmente dentro do próprio governo que Guedes e Mattar enfrentam hoje a mais dura batalha pa-

ra fazer deslanchar as privatizações propriamente ditas e extinguir as empresas consideradas dispensáveis. Os estatistas estão por todos os lados na Esplanada dos Ministérios. Mattar chegou até a se dizer "frustrado" pelo lentidão do processo. "Eu não tenho controle absoluto das desestatizações", afirmou.

Até o ministro Tarcísio Gomes

**• Mercado**  
"O nível de interesse dos investidores por esses dois setores (gás natural e saneamento) é enorme. O potencial de investimento no mercado de saneamento no País (...) não tem igual no mundo hoje."

**Bruno Fontana**  
DIRETOR DO BANCO DE INVESTIMENTO DO CREDIT SUISSE NO BRASIL

de Freitas, da Infraestrutura, um técnico que tem estruturado com eficiência as concessões na área, abraçou a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), aquela do trem-bala, que está até respondendo vagas e contratando pessoal, e a Valec, de construção e gestão ferroviárias. Ambas estavam na lista de extermínio do Ministério da Economia. A Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), que também estava jurada de morte, ganhou sobrevida na gestão do ex-ministro Carlos Alberto dos Santos Cruz, da Secretaria de Governo, e a que parece também teria deixado a UTI.

Outro que "sentou em cima" de suas estatais foi o ministro Marcos Pontes, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Ele se recusa a privatizar ou fechar qualquer uma das empresas ligadas ao seu ministério – os Correios, a Financiadora de Estudos

e Projetos (Finep), a Telebrás e o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Cetec). As divergências entre Mattar e Pontes chegaram ao limite e hoje, segundo a mídia, o Ministério da Economia, eles nem se falam. De quebra, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, ainda resiste à privatização da Cia. Nacional de Abastecimento (Conab).

Para não deixar o programa de privatização parar de vez, por falta de empresa para privatizar, a saída encontrada por Guedes foi acelerar as operações de vendas de subsidiárias e de participações dos bancos ligados à sua Pasta – a Caixa, o Banco do Brasil e o BNDES – e também contar com o apoio de seu amigo Roberto Castello Branco, presidente da Petrobras, para turbinar o processo no seu quintal.

Com o desafio de colocar a privatização em movimento no se-

gundo semestre, mas dependendo de outros ministros para avaliar as operações, Guedes terá de contar com o apoio de Bolsonaro para superar as resistências de seus pares. Ele aposta que Bolsonaro, cuja história é marcada por posições interventionistas e estatizantes, converter-se-á de fato à sua cartilha liberal, como tem dito desde a campanha, e irá "bancar" o ambicioso programa de privatização que pretende implementar, apesar dos sinais contraditórios que ele mostra de tempos em tempos. Não vai demorar para se saber o desfecho da história.

**NA WEB**  
Panel interativo com a avaliação das privatizáveis

estadao.com.br/e/privatiza

## Concessões

